

1 **Ata n° 001/2020 da Audiência Pública para demonstração e avaliação do**  
2 **cumprimento das Metas Fiscais do III Quadrimestre de 2019**

3 Aos 19 (dezenove) dias, do mês de fevereiro, do ano de 2020 (dois mil e vinte),  
4 às 19h30, em sede própria, reuniram-se autoridades municipais, vereadores e  
5 comunidade para a 1ª Audiência Pública do ano de 2020. O senhor Mauro Gomes  
6 Piauí, secretário de planejamento, diz: A Lei de Diretrizes Orçamentária, que é a  
7 lei que vai direcionar o orçamento de 2020, para 2021. Então, provavelmente lá  
8 em meados de março, nós estaremos fazendo novamente uma audiência pública  
9 para expor o projeto e colher sugestões. E, aí, desde já vocês estão convidados.  
10 Nós vamos projetar 2021 já através da Lei Diretrizes Orçamentária. Ela que vai  
11 falar o que vai ser pago de dívida, o que vai ser feito de investimento. Então, seria  
12 muito importante. Aí é uma outra discussão de como elaborar. A gente vai tentar  
13 fazer da melhor maneira, mais didático, e apresentar pra vocês aqui. Então, estão  
14 todos convidados. Já vão marcando na agenda. Em meados de março,  
15 provavelmente entre o dia quinze e dia vinte de março, nós estaremos marcando  
16 essa audiência pública para aí sim discutir esse projeto de Lei de Diretrizes  
17 Orçamentária para 2021. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz:  
18 Pessoal, quero reiterar aqui o que eu já disse no início da fala, agradecer a presença  
19 de vocês e convidar o Junior... Qual que é o curso? Quais são os cursos? Ciências  
20 contábeis. Muito bem. Os senhores daqui a pouco... A turma é de que semestre?  
21 No quinto semestre. Então, daqui a pouco vocês serão doutores dos números. Aqui  
22 a noção é mais de direito público, direito financeiro, talvez escapa um pouco ainda  
23 da compreensão. Mas, é uma coisa que é muito importante, que eu penso, é que  
24 além de profissionais, inclusive uma dica que vou dizer daqui a pouco, além de  
25 profissionais da contabilidade, os senhores são cidadãos desse município e de  
26 outros municípios. E, é muito importante que você profissional, que está se  
27 transformando em um profissional, que vai exercer uma atividade profissional,  
28 que além do seu, que você possa utilizar o seu conhecimento dentro do seu espaço  
29 para que a gente possa construir a cidade que a gente sonha que a nossa cidade  
30 seja, o Estado que nós imaginamos que o nosso Estado seja o Estado ideal, e o  
31 país que nós queremos. E isso, embora pareça uma conversa reiterada, mas é fato,  
32 isso depende da atuação de cada um de nós. Não se esqueçam que esse corpo  
33 maravilhoso que aqui está é uma composição de milhares de células guiadas por  
34 um cérebro com centenas de milhares de neurônios. Então, são pequenas células  
35 é quem compõe toda a sociedade e quem faz as transformações. Então, por conta  
36 disso, o Mauro falou ali, Junior, eu sei que quando a gente chega aqui para uma  
37 audiência dessa natureza, a gente não sabe o que vai ser tratado direito, a matéria

38 nos é alheia, as vezes, ainda falta... O conhecimento é uma escadinha. A gente vai  
39 subindo um degrau, vai tomando ciência e se assenhorando de alguns conceitos,  
40 e isso é que nos permite a gente compreender, as vezes, as expressões e  
41 discussões. Então, Junior, fazer uma sugestão aqui, o Mauro falou, esse ano  
42 teremos em março, o Mauro vai trazer para cá a Lei de Diretrizes Orçamentária,  
43 vou lançar aqui uma proposta de que, logo que ela chegue na Casa, eu vou repassar  
44 à faculdade, à coordenação do curso, para que a gente possa fazer essa discussão  
45 com um pouco mais de amplitude. Se vocês quiserem, se for do interesse, é claro,  
46 a gente tem, eu tenho certeza, técnicos no município que se disporão a ir, inclusive  
47 na faculdade, a gente tem secretários do município que se disporão a ir, nós temos  
48 vereadores. Por que? Porque é um momento de aprendizado. E, aí, é uma coisa  
49 que tenho dito muito esses dias, em cada fase da vida que a gente vai passando, a  
50 gente tem que absorver o máximo possível. Então assim, é uma oportunidade,  
51 penso, enquanto aprendizado acadêmico e também enquanto aperfeiçoamento de  
52 instrumentalização do cidadão. Então, fica aqui a proposta, professor. Perfeito,  
53 até porque a academia é que é a produtora de conhecimento neste país e em todos  
54 os lugares do mundo, e o conhecimento é a principal ferramenta de domínio dos  
55 povos, dos povos entre si considerados e dos povos individualmente considerados.  
56 Quem alcança os patamares mais elevados... É claro que, infelizmente, a  
57 meritocracia não é... Mas, pra gente, quase todos nós aqui: Junior, eu, Mauro, que  
58 não viemos de berço, de berço esplêndido, nós somos os meninos lá da esquina  
59 da cidade, o conhecimento é o que nos possibilitou estar aqui, aqui, ali, ali. E, a  
60 academia é exatamente o local de produzir esse conhecimento. Então, fica a  
61 proposta. Vou formalizar. E, aí nós vamos tentar fazer um ano diferente, uma  
62 parceria entre a Casa, o curso de direito agora. Então, nós vamos construir um  
63 trabalho que tenho certeza que contribuirá muito, não é Mauro? O senhor Mauro  
64 Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Só para colocar as datas. Trinta e  
65 um, até trinta e um o projeto tem que estar aqui na câmara. O prazo que eu tenho,  
66 máximo, é até dia trinta e um. Trinta e um de março. Aí a câmara tem até o final  
67 de julho, trinta e um de julho, para votar. É o prazo. Aí tem o recesso no meio do  
68 ano, não é? Não tem o recesso? Não tem mais não, não é? Não tem recesso em  
69 julho? Que aí não sai de recesso. Porque tem que votar até julho, porque com a  
70 diretriz orçamentária que o município vai elaborar a LOA. Aí, a LOA, eu tenho  
71 até quinze de setembro para apresentar a LOA. Aí a câmara tem o prazo até final  
72 do ano, até dezembro, para votar. Então, aí escolhe ou a LOA ou a LDO. A LDO  
73 é interessante porque ela dá as diretrizes e ela define uma série de coisas. Ela é  
74 mais importante do que a LOA. A LOA, ela só coloca... Também se coloca os  
75 valores e etc. Mas, a LDO também já está lá. Se você vai fazer uma lei  
76 orçamentária, se não tiver lá na LDO... O orçamento tem que estar compatível

77 com a LDO senão ele não fecha. Porque o PPA é o projeto macro, é o plano  
78 plurianual. Ele foi feito em 2017 e vale até o ano que vem. O ano que vem, o novo  
79 gestor vai ter que fazer pra ele valer já em 2022, para não ter essa interrupção no  
80 orçamento e no planejamento. Certo, gente? Então, contamos com a colaboração  
81 de todos. Vamos ajudar aí a construir essa Barra melhor. Algumas coisas podem  
82 ser preço e técnica. Essa lei está sendo mudada porque sempre o melhor preço não  
83 quer dizer que é o melhor produto e, as vezes, a administração é obrigada a  
84 adquirir produtos e serviços de qualidade duvidosa por causa dessa limitação.  
85 Então, depois de feita a licitação, nós passamos a fazer o empenho. Então, é  
86 quando o ordenador de despesa ordena empenhar aquele produto que é licitado.  
87 Empenhou, aí é que se faz o processo de liquidação, quando você pede para o  
88 fornecedor apresentar a nota. Então, quando ele apresenta a nota, entrega-se o  
89 produto, aí que se faz o que nós chamamos aqui de liquidação. Só para se ter uma  
90 ideia. Então, aqui as despesas fixadas foram cento e oitenta e cinco e a liquidada  
91 efetivamente que o município comprou e pagou cento e oitenta e dois. Aí é só o  
92 comparativo a título de ilustração. O planejamento é o princípio da Lei de  
93 Responsabilidade Fiscal. A Lei 4.320 no artigo 48, ela define que é necessário  
94 manter durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita  
95 arrecadada e a despesa realizada, de modo a deduzir o mínimo eventuais  
96 insuficiências de tesouraria. A Lei 4.320, vocês podem ver que ela é de 1964.  
97 Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela é de 2000, ela que impôs as normas,  
98 porque antes você falava que era necessário, mas não obrigava. A Lei 101/2000,  
99 ela obriga, porque se o gestor gastar mais do que ele arrecada, as contas dele não  
100 são aprovadas, aí ele não pode mais ser gestor. Então, antigamente o político  
101 gastava a vontade e deixava para o outro pagar. Agora ele não pode fazer mais  
102 isso. Agora, um comparativo entre a receita e despesas. As receitas realizadas,  
103 receita corrente, cento e noventa milhões; receita de capital, sete milhões; deu  
104 cento e noventa e sete milhões e esses valores aqui, nove, oito, nove. A despesa  
105 liquidada, cento e sessenta e um milhões; mais vinte, deu cento e oitenta e dois.  
106 E, um superávit orçamentário de quinze milhões oitocentos e oito mil setecentos  
107 e dezenove. Então, o superávit orçamentário, ou seja, o somatório das receitas  
108 arrecadas com as despesas. A prefeitura movimentou na conta trezentos e oitenta  
109 e oito milhões. Vocês podem ver, o município de Barra do Garças é um município  
110 mediano, o quanto que banco ganha, não é, entra e depois sai, é tarifa. Por isso  
111 que o Banco do Brasil todo ano estoura no lucro aí. Porque a gente mesmo,  
112 coitado, não tem nem um “creditozinho” lá. Então, esse é só para vocês terem uma  
113 ideia. Agora tem uma diferença aqui, o resultado financeiro. As despesas  
114 liquidadas são aquelas quando a gente empenha e tem a nota, cento e oitenta e  
115 dois milhões cento e oito; e as despesas pagas, cento e setenta e quatro

116 quatrocentos e vinte e cinco quatrocentos e trinta e dois e setenta e quatro; e ficou  
117 a pagar sete milhões seiscentos e oitenta e três quatrocentos e oitenta e oito e  
118 setenta e três. Então, aqui nós temos uma diferença. Aqui a gente falou que teve  
119 um superávit orçamentário. Então, tem a diferença quando a administração, o  
120 município, ele tem uma previsão orçamentária e tem o dinheiro, ele faz a compra,  
121 liquida, paga. Então, se ele tem o dinheiro em caixa, mas ele não usou tudo, foi o  
122 caso que nós podemos verificar aqui. Nós fizemos a liquidação de cento e oitenta  
123 e dois, mas efetivamente foi pago só cento e setenta e quatro. Então, é bom  
124 observar e falar assim: o município deu o calote? Não. O município não deu o  
125 calote. Tem várias contas que são a vencer, prestações e também todo  
126 administrador não pode deixar conta a pagar de um ano sem que tenha suficiência  
127 de saldo na conta, porque se ele fizer isso também as contas são reprovadas e ele  
128 não pode mais nem receber recurso do governo federal, quanto mais administrar.  
129 Esse aqui é a primeira parte dos gráficos que quero mostrar, que são os oficiais,  
130 que é aplicação do ensino e educação, o quanto a gente arrecadou. E, depois eu  
131 tenho aqui os gráficos do relatório de gestão fiscal, se der tempo a gente vai passar,  
132 e também da execução mesmo do orçamento pra gente ver alguns números mais  
133 específicos. Como meta fiscal, nós temos aqui a aplicação no ensino. Então, são  
134 muitos números. Receita dos impostos, então nós temos aqui vinte e cinco  
135 milhões. Quando eu falo receita de impostos, vocês já viram que foi uma  
136 arrecadação maior lá atrás que falei. Mas, essa receita que estou falando aqui da  
137 educação se refere a receita própria do município, que o município tem que  
138 arrecadar e repassar um percentual para a educação. Então, a receita própria do  
139 município foi vinte e cinco milhões quatrocentos e quarenta e um duzentos e cinco  
140 e uns quebradinhos; as transferências constitucionais e legais, que são as  
141 transferências dos fundos de participação do governo tanto federal quanto  
142 estadual foi setenta e cinco milhões; que perfaz aqui um total, do um mais o dois,  
143 de cento e um milhões trinta e dois mil quinhentos e setenta e oito e sessenta e  
144 sete. Desse valor aqui, quando tem a lei do ensino básico e do FUNDEB, já tem  
145 destinado já para o FUNDEB, desses impostos, quatorze milhões seiscentos e  
146 setenta e três. Então, quando vem essa arrecadação, esse dinheiro já, quando o  
147 governo federal repassa, é destinado numa conta lá na educação para o FUNDEB.  
148 Aqui as transferências de recursos são vinte e oito milhões. Aí tem o resultado das  
149 transferências, o doze e o onze menos o dez, que vai dar quatorze milhões cento  
150 e noventa e nove. Nós tivemos despesa com a educação infantil, onze milhões  
151 vinte e sete mil seiscentos e noventa e nove, educação infantil, creche; com ensino  
152 fundamental, vinte e nove milhões quatrocentos e oitenta e nove. O resto a pagar  
153 que ficou de 2018, trinta e sete milhões. E, o resultado líquido da transferência,  
154 que é aqueles quatorze milhões aqui. Então, as despesas custeadas com educação

155 não foi zero e aí nós temos as deduções consideradas para fins do limite, que é o  
156 vinte e quatro menos o vinte e cinco, que é esse aqui, que dá os quatorze milhões  
157 mesmo. Então, o total das despesas para fins foram, é esse total aqui, vinte e seis  
158 milhões trezentos e cinquenta e cinco quinhentos e dois. Aqui é a educação básica.  
159 O percentual da aplicação sobre a receita líquida dos impostos, o município fez  
160 uma aplicação de 26.09. O valor mínimo era 25. Esses aqui foram os valores que  
161 nós arrecadamos, depois se faz a dedução, então deu quatorze milhões certinho.  
162 Então deu 26.09. Então, nós cumprimos isso aqui. Esse valor aqui de 25% é sobre  
163 a receita própria que o município arrecada. Então, são aqueles impostos que falei  
164 para vocês: ITBI, IPVA, IPTU, ISS, ITR e as contribuições que tiverem, multas,  
165 taxas, etc. Então, o valor de 1.09 acima. Então, só para confirmar, o artigo 202 da  
166 Constituição Federal define como obrigatória a aplicação de 25% da receita dos  
167 impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. E, aí, como eu disse, nós  
168 fizemos 26.09. Agora na saúde. A saúde, a receita dos impostos que vieram,  
169 noventa e oito milhões. A saúde já é um outro tipo de financiamento, vem fundo  
170 a fundo, tem várias fontes. Então, o governo federal, dos impostos que ele  
171 arrecada, o governo do Estado, ele já destina esse valor aqui para o município. O  
172 município fez esse investimento no ano de 2019, setenta e nove milhões setenta e  
173 seis mil oitocentos e sessenta e oito reais e vinte e três centavos. Foi isso que foi  
174 investido na saúde: hospital, posto, pagamento de pessoal, remédio, transporte,  
175 internações, todos. Então, desse valor de setenta e nove, tem as deduções, recursos  
176 do SUS. Aqui tem as fontes de arrecadação. 146/147 são recursos que vem da  
177 União. 142 é a fonte, o nome técnico que dá, que vem do Estado. Então, cinquenta  
178 milhões trezentos e cinquenta e nove cento e noventa e oito e noventa e seis  
179 vieram das fontes do governo federal e do estadual. E, vem na conta do município,  
180 e o município junta com o que arrecada de arrecadação própria, que foi esse valor  
181 aqui, vinte e oito milhões setecentos e dezessete. O município colocou vinte e  
182 oito, a União e o Estado cinquenta, que perfaz aí setenta e nove milhões. Então, o  
183 percentual aplicado foi 29,06. Porque se nós formos observar só o mínimo, que é  
184 15% determinado na Constituição, seria quatorze milhões oitocentos e vinte e um,  
185 mas nós aplicamos aqui treze milhões oitocentos e noventa e seis e quarenta e um,  
186 14,06 a mais. É uma obrigação. Mesmo assim a gente ainda deve muita coisa  
187 ainda. Então, de acordo com o cumprimento do índice legal, o artigo 198 da  
188 Constituição Federal, combinado com o parágrafo primeiro do artigo 77 da ADCT  
189 – Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, os municípios devem aplicar  
190 15% no mínimo. A gente todo ano, eu já estou aqui completando quatro anos  
191 como secretário de planejamento, e sempre foi nessa faixa de vinte e nove e trinta.  
192 O ano passado, se não me engano, foi mais de trinta por cento. Então, aplicamos  
193 14,06 a mais. Para a saúde essa foi a aplicação que tivemos. Um outro dado

194 importante a gente relatar, que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que o  
195 município tenha, é a aplicação com gasto com pessoal. Como eu disse, essa lei  
196 veio para disciplinar a administração pública. Então, a receita corrente líquida foi  
197 cento e noventa milhões novecentos e sessenta e oito. E, a despesa com pessoal,  
198 servidores, oitenta e três milhões quinhentos e sessenta e oito oitocentos e  
199 quarenta e sessenta e sete. Então, a gente tirou... A receita corrente líquida são  
200 todos aqueles impostos que vem de transferências e também a arrecadação  
201 própria. Foi gasto oitenta e três milhões, 43.76 da receita corrente líquida com  
202 pessoal. E, o resto foi nos investimentos que nós já mostramos, tanto na educação  
203 como na saúde. Essa Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar 101,  
204 ela impõe limites para o administrador em geral: o município, o Estado e a União.  
205 Ele pode gastar no máximo 54% com pagamento de pessoal. E, por quê que foi?  
206 Porque antigamente chegava a oitenta a folha de pagamento, setenta, e aí não se  
207 investia em outros. Essa é a base dessa premissa na lei aqui, que é o artigo 20,  
208 inciso terceiro. E, aí, ela também limita uns limites aqui. Ela impõe uns limites:  
209 51.30 é o limite prudencial; o limite de alerta é 41.6. Isso porquê? Hoje a  
210 administração pública, tanto federal, estadual, municipal, ela tem que prestar  
211 contas direto para os tribunais de contas da União e dos Estados e o sistema é  
212 interligado. Antigamente, quem é mais antigo aí na contabilidade, era na máquina,  
213 na mão. Hoje é tudo computador e tem um sistema o tribunal. Então, todo mês a  
214 gente pega, é diário, a gente já vai informando, recebe. O tribunal fica sabendo  
215 quais são as arrecadações e gastos que estão tendo no dia a dia. Então, por isso  
216 que é importante. O tribunal quando vê lá que está o percentual, se passou dos  
217 quarenta e oito, já no computador lá do contador e do ordenador de despesa fica  
218 vermelho lá o sistema de alerta. Aí a lei já impõe que você tem que cortar hora-  
219 extra ou parar de contratar, dispensar contrato, etc. e tal. Então, esse é o limite.  
220 Nós não vamos encerrar ainda porque agora vou passar aqui para outros. Mas,  
221 gostaria de abrir nesse primeiro momento se vocês tem alguma pergunta, alguma  
222 dúvida sobre essa primeira parte da apresentação aqui. Não é só pergunta também.  
223 Se tiver alguma contribuição, a gente agradece. O vereador Dr. Joãozinho,  
224 presidente da câmara, diz: Boa noite a todos! Obrigado pela presença. Obrigado  
225 Junior, companheiro de longa estrada. Obrigado pelos acadêmicos e os servidores  
226 do município. Mauro, eu queria que você voltasse um pouquinho porque esse  
227 superávit de arrecadação, esse percentual, ou se é possível verificar em percentual,  
228 se houve um superávit na arrecadação própria, se esse aumento foi proporcional  
229 entre a própria e as transferências constitucionais. Dá pra gente fazer uma análise  
230 rapidinho disso? Só pra gente ter uma... Está no outro quadro? Não, então beleza.  
231 Retiro o que eu disse. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento,  
232 diz: Vai ser difícil porque o quadro é muito grande. Vereador João, essas aqui são

233 as receitas correntes que nós temos, só pra gente verificar os valores como que  
234 seu deu esse superávit aqui. Então, receitas correntes, todos os impostos que  
235 arrecadamos: em janeiro, quatorze milhões cento e trinta e seis; fevereiro,  
236 quatorze milhões; março e abril e maio, que foi a arrecadação do IPTU, que o  
237 IPTU saiu nesse época, então subiu para dezessete, quinze, vinte; aí vai abaixando  
238 de novo, treze; aí dezessete; agosto, quinze; foi mantendo; setembro, treze;  
239 outubro, dezessete; novembro, quinze; aí em dezembro, trinta e um milhões de  
240 receita corrente. O que entrou aí? A gente vai verificar. Então, dezembro foi que  
241 entrou o maior valor que encheu os cofres do município, que deu esse superávit.  
242 O quê que acontece? Os repasses, aqueles repasses da saúde, da educação, do  
243 governo federal, do governo estadual, eles deixam para repassar no final. Mas,  
244 nós vamos impostos por impostos só pra vocês terem uma noção. Janeiro, os  
245 impostos, taxas e contribuições, um milhão, dois milhões. Aqui já são só  
246 impostos, que são esses daqui: IPTU, ISS, ITBI, IR, outros impostos, taxas e  
247 contribuições, todos esses aqui. Então, em janeiro, um milhão e oitocentos; em  
248 fevereiro, dois milhões; em março, cinco milhões IPTU; aí dois milhões e  
249 setecentos; em maio, dois milhões trezentos e quarenta e quatro; junho, um  
250 milhão; julho, dois milhões quatrocentos e oito; agosto, dois milhões quatrocentos  
251 e cinquenta e oito; aqui agosto e setembro teve um Refis, o município fez uma  
252 promoção para pagamento de impostos, etc. e tal, então aumentou um pouquinho  
253 também e teve essa arrecadação; outubro, novembro; aí nós fizemos em dezembro  
254 novamente os impostos, mais um Refis, perdoa juros e multa e o pessoal foi e  
255 pagou os atrasados; então nesse último deu trinta milhões e a previsão era vinte e  
256 sete. Pode voltar lá. Agora vamos lá na receita patrimonial, trinta e quatro milhões.  
257 Vamos ver aqui as transferências correntes, a cota parte do FPM, que é o Fundo  
258 de Participação do Município. O município tem uma participação no IPI, ICMS,  
259 alguns impostos federais e nos impostos estaduais: o IPVA, ITR, a transferência  
260 da Lei Complementar 87. Essa transferência aqui é a Lei Kandir. Na época do  
261 Fernando Henrique em noventa e seis, o Mato Grosso, por ser um Estado  
262 exportador de soja, grãos em geral, para competir com Estados Unidos e com  
263 outros países da Europa principalmente e Argentina, etc. e tal, teve essa lei que  
264 beneficiava os produtores. Eles não pagam ICMS aqui no Estado para exportar,  
265 tanto a carne também. São as commodities que fala: o trigo, o trigo nós não temos,  
266 mas milho, soja, algodão. Então, essa Lei Kandir. Só que ela tem que fazer uma  
267 compensação. Olha aqui: zero, zero. Cadê? Onde que está aqui? Zero, zero. Não  
268 veio nada em compensação. Aí veio essa outra lei complementar que eles fizeram,  
269 que é o FEX, pouquinho, pouquinho. Pode ir passando aí. Oh, o quanto o  
270 município arrecada, que é o fundo de exportação. O governo federal, ele pega,  
271 recebe lá os impostos dele, ele teria que passar para Mato Grosso e redistribuir.

272 E, nós não recebemos muita coisa desses valores. Volta lá, Igor. A receita corrente  
273 líquida pode passar. Então, respondendo a pergunta do vereador João onde que  
274 teve, foi lá no mês de dezembro onde nós tivemos lá as transferências. O que estão  
275 as transferências, aqui as correntes. Pode passar. Aqui: onze, onze, dezesseis, dez,  
276 treze, onze, onze, quatorze, quatorze, aí em dezembro veio vinte e seis milhões de  
277 transferências correntes para o município do Estado e da União. Nesses vinte e  
278 seis milhões teve o que o colega falou, a cessão onerosa da venda da reserva lá do  
279 petróleo, que foi um milhão e trezentos mil reais, que veio a mais. Mas, a maioria  
280 desse dinheiro veio dos repasses constitucionais, até que o Estado tem que fazer  
281 para o FUNDEB, para a saúde. Então, como eles vão atrasando, e aí dificulta o  
282 dia a dia do município. Se viesse mês a mês. Aí o município fica como mau  
283 pagador, as vezes, ou a gente tem que se virar lá dentro da administração para  
284 pagar, cobrir, tirar dinheiro. Na saúde, por exemplo, vocês viram lá vinte e nove  
285 por cento, gastamos setenta e nove, o município vinte e oito milhões na parte dele.  
286 Nós fazemos uma previsão em todas as secretarias ter um X reais para fazer seus  
287 investimentos, desenvolver seus trabalhos. E, aí, quando falta dinheiro na saúde,  
288 por exemplo, nós temos que fazer a transferência daquela dotação daquela  
289 secretaria. De planejamento, por exemplo, eu tenho lá que fazer a regularização  
290 fundiária. Não pude fazer nada de regularização fundiária dentro da secretaria de  
291 planejamento porque tive que repassar para a saúde ou para outros serviços, por  
292 exemplo, serviço de transporte que tem que cobrir buraco, arrumar estrada. Todo  
293 esse trabalho. Se viesse certinho o FETHAB, todos os fundos que o governo do  
294 Estado e a União repassasse dentro do mês, nós teríamos mais tranquilidade para  
295 tocar a administração. Mas, não é assim que acontece. Todo ano tem esse  
296 problema. E, aí, como eles vão ser punidos e no último anos eles não podem ficar  
297 com esses valores, aí eles repassam em dezembro e aí é um problema. Agora  
298 recentemente, nós tivemos que emendar o orçamento, a LDO. O vereador João  
299 sabe aqui que nós mandamos o projeto, porque essa cessão onerosa não estava  
300 previsto no orçamento do ano passado, e aí caiu dia 31 de dezembro um milhão e  
301 trezentos mil na conta da prefeitura, sem dotação, para onde que vai pôr, com o  
302 que você vai gastar, e não pode. Aí nós tivemos que emendar o orçamento que  
303 está em vigor para fazer a destinação. O prefeito fez a destinação para aplicar lá  
304 no fundo previdenciário, pagar o aporte que o município tem que pagar para a  
305 previdência dos servidores. Então, essa foi a decisão e foi aprovada aqui na  
306 câmara. E, quando a gente não tem, a gente faz uma previsão orçamentária dentro  
307 no orçamento todo ano, a gente tem uma previsão de mudar a dotação. Mas, as  
308 vezes, o atraso do governo federal e do governo estadual é tão grande com essas  
309 verbas que a gente tem que depois pedir suplementação para a própria câmara no  
310 orçamento, porque a gente não consegue, e aí não é culpa do planejamento porque

311 a gente planeja corretamente, tenta fazer corretamente. Mas, aí não depende só da  
312 administração. O governo muda a lei, deixa de repassar os impostos, as  
313 contribuições e cada vez mais está ficando mais difícil. O vereador Dr. Joãozinho,  
314 presidente da câmara, diz: Mauro, deixa eu fazer só um questionamento aqui,  
315 aproveitar os universitários, porque não responde propriamente o questionamento.  
316 Porque o que está ali posto é que em dezembro houve um incremento. Tudo bem.  
317 Mas, na verdade, o que há em dezembro é o repasse daquilo que já estava previsto  
318 no orçamento em meses anteriores e que foi passado de forma retardada, já lá no  
319 final do ano. Então, embora no mês de dezembro nós temos um acréscimo  
320 substancial ali, mas isso já estava previsto nos meses anteriores e, de certa forma,  
321 se acumulou e em dezembro foi repassado. Beleza. Entendo isso. Mas,  
322 independentemente disso, isso não responde o questionamento de onde que nós  
323 tivemos, e como nós temos um técnico aqui, vou me valer dele, esse incremento.  
324 Só pra gente saber, por uma curiosidade mesmo e porque também faz parte do  
325 nosso saber. Vou falar pra quem está aqui, as vezes, você que é um homem  
326 público, a gente tem que justificar para as pessoas algumas coisas que acontece  
327 aqui no município. O orçamento traduz opções de políticas públicas, ali onde a  
328 gente vai gastar, para onde você vai direcionar. Então, as pessoas te perguntam,  
329 por exemplo. Vou dar um exemplo aqui. O Cara fala: oh, Joãozinho, aumentou o  
330 IPTU aqui há um ano atrás, e por que a gente não melhora o Nova Barra com o  
331 dinheiro do IPTU? Aí, você vai ter que dizer para o sujeito, para a pessoa: olha,  
332 vamos fazer uma conta, a gente aumentou, por exemplo, com o aumento do IPTU  
333 significou-se muito um aumento na arrecadação de menos de dois milhões de  
334 reais. Foi isso? Com o último acréscimo? O que efetivamente se recebe. Parece  
335 que se recebia em torno de seis, e parece que, pelo número que vi ali, chegou a  
336 oito. Aconteceu isso, mais ou menos? Então, só pra você ter uma ideia, tampar  
337 aquele buraco lá no meio da avenida custa três milhões e meio. Todo o incremento  
338 de arrecadação que teve não é suficiente sequer para tampar aquele buraco. Então,  
339 a gente precisa de ter esses números, de compreender isso, para que você possa  
340 dar ao cidadão. Falar: não, não é bem assim essa coisa. Então, por isso, que estou  
341 só justificando aqui a minha pergunta. Então assim, o quê que houve? Houve um  
342 incremento na arrecadação própria? Foram os nossos tributos, impostos próprios  
343 que houve esse incremento? Ou, ao que tudo indica, porque mesmo esse valor que  
344 foi repassado lá da questão da reserva do petróleo é só um milhão e pouco. Pelos  
345 números que nós temos ali, são quinze o superávit. Então, seria dez por cento,  
346 menos de dez. Então, você saberia me dizer? Tem esse conhecimento? O senhor  
347 Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Não, essa previsão, esses  
348 valores aqui, eu só estou falando, tentando mostrar aqui que esses foram o  
349 arrecadado. Esse foi o arrecadado. É porque eu não tenho aqui... Estou tentando

350 ver com o outro colega aqui. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz:  
351 Mauro, não tem problema. Se não tiver, depois eu vou pedir para deixar. Aí, eu  
352 vou analisar. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Só  
353 para dizer, o que houve... Volta lá nas nossas receitas próprias mesmo. Então, o  
354 que houve aqui... Aqui, oh, no mês de março, nós fizemos o Refis, não tinha essa  
355 previsão. Aqui, oh, três milhões duzentos e vinte e quatro mil oitocentos e trinta  
356 e seis, o pessoal foi pagando. Aqui três milhões oitocentos e setenta e cinco só  
357 com IPTU aqui. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Sim,  
358 Mauro. Mas, isso já estava previsto. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de  
359 planejamento, diz: Não, não estava previsto. O vereador Dr. Joãozinho, presidente  
360 da câmara, diz: Aí não é o incremento por conta... Em março não é o incremento  
361 por conta do Refis. É um incremento porque se passa a receber o IPTU no mês de  
362 março. Então, a gente sai para essa arrecadação de três milhões é porque as  
363 parcelas do carnê que o sujeito começa a pagar em março. O senhor Mauro Gomes  
364 Piauí, secretário de planejamento, diz: Mas, teve um aumento desse valor aqui.  
365 Esse valor aqui não era o valor que estava previsto na arrecadação, porque o  
366 pessoal pagou mais. Houve uma conscientização. Aquela história que nós  
367 fizemos, quando fizemos a discussão do inadimplimento, aí as pessoas já... Não,  
368 é isso mesmo. Aqui são só as receitas que nós fizemos a previsão, e teve cento e  
369 noventa a arrecadação. Então, olha aqui a previsão: seis seiscentos e trinta e seis.  
370 E, arrecadou oito cento e pouco. Todos eles tiveram uma melhora. O vereador Dr.  
371 Joãozinho, presidente da câmara, diz: Um milhão e meio a mais. Dez por cento  
372 ainda do superávit. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz:  
373 Isso porque teve dois Refis, não é. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da  
374 câmara, diz: Não, mas... E, outra coisa que você disse que é importante, porque  
375 se eu analisar que houve um incremento da receita... Aí, você disse assim: olha,  
376 foi legal porque houve aquela campanha de conscientização lá. Então, isso me diz  
377 que isso é um caminho também pra gente melhorar as arrecadações. Ver o que a  
378 gente fez, que funcionou. Isso é o que a gente chama de experiência, de  
379 conhecimento. Não é, Janjão? O conhecimento científico não é a experiência  
380 repetida para a confirmação? Então, também fica esse aprendizado, não é. O  
381 senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Vai lá no ISS, lá no  
382 final. Aqui, oh, ISS também houve... Aqui a gente pode falar, a previsão era oito  
383 milhões. Então, eu acho que foi um pouco do Refis também, porque, quando  
384 fizemos o orçamento lá, o Refis não estava dentro dessa... Então, isso foi uma  
385 tentativa mesmo de buscar, chamar a população para ajudar e melhorar. Então,  
386 todos eles. Mas, houve, eu creio também, nós fizemos esse estudo lá na secretaria,  
387 conversando assim em Off com a secretária, o aumento de empresa, de algumas  
388 coisas dentro da área de serviço. Nós ainda vamos fazer esse estudo ainda para

389 verificar todos. Barra do Garças não está fechando tanta empresa assim. Não tem  
390 tanta empresa fechada. Tem se abrindo e vai se trocando. Tem uma dinâmica.  
391 Mas, a prestação do serviço hoje está muito mais forte do que tudo. É. Não, a  
392 diferença... As transferências foram o que mais. Aí, quanto as transferências,  
393 também teve um resultado, um superávit de imposto. Não foi só os atrasados  
394 também. Veio mais dinheiro do que era previsto, tanto na saúde. Na saúde, no dia  
395 31 de dezembro, eles mandaram um dinheiro que estava lá que distribuiu para  
396 todos os municípios. Teve um incremento nesse aspecto aí, uns valores. O Estado  
397 mandou quinhentos e poucos mil. A União mandou mais um outro tanto lá. Nós  
398 agradecemos. Ficamos satisfeitos porque agora nós vamos começar a trabalhar  
399 esse ano mais tranquilo. E, voltando lá no que eu falei, o município ficou com sete  
400 milhões de resto a pagar, mas está garantido em caixa. E, esses sete milhões...  
401 Agora nós estamos equilibrados. Vamos ver se vamos conseguir manter até o final  
402 do ano. E, agora, como esse ano é um ano eleitoral, a partir de abril as  
403 transferências constitucionais só virão aquelas que tiverem previstas mesmo. Não  
404 tem mais investimento. A lei eleitoral prevê que não se pode mais emendas, essas  
405 coisas. O que não for empenhado até abril, não vem mais. Então, agora, os  
406 prefeitos vão ficar tudo doido correndo atrás. Vai pra Brasília. E, os recursos são  
407 poucos agora. A administração também vai fechar as portas assim para os gastos  
408 que geralmente faz. Então, o prefeito já autorizou e já determinou que a gente  
409 agora é o regime fiscal mesmo seguro, porque tem que terminar o ano, e não pode  
410 gastar com comunicação, viagens, diárias, a câmara também, os repasses. Agora  
411 é muito mais fiscalizado e não pode. O gestor não pode gastar mais, mostrar para  
412 a população o que ele... Principalmente aqueles que tem a reeleição. Aqui, o gestor  
413 não é candidato à reeleição, mesmo assim ele tem que cumprir essas obrigações  
414 aí. Ele não pode gastar mais do que está previsto no último ano, e ele tem que  
415 justificar porque que ele está gastando mais, tanto com propagandas, com  
416 investimentos. Os investimentos que vierem até abril, vem. Agora é só manter a  
417 máquina praticamente. Até os repasses federais vão ser diminuídos. Vão ficar só  
418 as transferências mesmo constitucionais para manter a máquina e não paralisar.  
419 Vamos ver só mais um quadro aqui. Isso aqui é um quadro que é a dívida  
420 consolidada do município. No primeiro quadrimestre, nós estávamos com vinte e  
421 dois milhões e algum pouco. No segundo, vinte e dois. No terceiro, vinte e um. A  
422 gente está abaixando um pouquinho aqui porque essas dívidas são a longo prazo.  
423 São os financiamentos que se faz na Caixa Econômica Federal para fazer os  
424 asfaltos, alguns investimentos. Então, o município tem esse valor aqui a pagar,  
425 mais de vinte anos, quinze anos. Então, todo ano ele vai pagando quinhentos mil,  
426 e aí vai abaixando. Só pra vocês terem uma ideia da dívida. Agora, põe maior aqui  
427 só para ver os limites. Aqui é a dívida consolidada. A receita corrente líquida para

428 a dívida, cento e setenta e três milhões. Os limites percentuais de dívida da receita  
429 corrente líquida, 12.77. Então, aqui é a nossa receita corrente líquida. Só para pôr  
430 aqui o limite do Senado. Então, a nossa receita corrente líquida, que foi falado  
431 aqui, é cento e noventa milhões. O limite nosso está aqui. Está 4.42. O limite não.  
432 O que nós estamos usando: 4.42. A gente poderia usar até 11.45. Então, é muito  
433 pouco o que o município de Barra do Garças deve em relação a receita corrente  
434 líquida para as administrações que vierem. Eu tenho certeza, esse ano de 2019,  
435 ele terminou assim enxuto. Quando formos entregar essa segunda administração,  
436 quem assumir vai assumir uma administração possível de se levar adiante, sem  
437 nenhum sobressalto. Nós ainda temos algumas pendências pra fazer em relação a  
438 servidores, concurso público. Mas, a administração de uma forma geral, dentro  
439 dos parâmetros da lei complementar, da lei de contabilidade pública, tenho  
440 certeza, que ela passará lá com louvor. A administração tem problemas? Todos,  
441 não é. Falta melhorar ainda muitas coisas. A nossa principal arrecadação, vocês  
442 puderam ver ali, são serviços, o IPTU. Então, uma cidade que arrecada próprio  
443 vinte e cinco milhões, vinte e oito milhões, ainda precisa de muita coisa ainda,  
444 não é. Nós ainda dependemos muito dos repasses do governo do Estado e do  
445 governo federal, em relação a outras cidades do Médio Norte, que vive lá da soja.  
446 Então, nós temos que nos descobrir aqui qual é a nossa vocação ainda na  
447 administração. Eu já estou há muito tempo na administração em um cargo ou  
448 outro, e eu avalio que quando tivermos aí cinquenta milhões, sessenta milhões de  
449 arrecadação própria, aí pode ter certeza que a cidade vai estar “bombando”  
450 mesmo, tanto com emprego e com desenvolvimento. Esse é o objetivo. Mas, ainda  
451 vai demorar um pouco quando nós dobrarmos isso aí. Eu acho que esse é o desafio  
452 que os gestores que virão aí terão que enfrentar para desenvolver mais a cidade.  
453 É uma cidade que é bela, que todos nós amamos. Mas, quando vemos que essa  
454 arrecadação própria chega nesse patamar, ainda precisamos subir muito ainda,  
455 como diz lá o adversário, outros municípios estão em outro patamar. Tá bom? Eu  
456 agradeço. Se tiver alguma contribuição, a gente... Se não... Eu agradeço a presença  
457 de todos. E, declaro então encerrada essa audiência pública para avaliação das  
458 metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2019. Uma boa noite a todos e muito  
459 obrigado pela presença. Registra-se que a assinatura de todos os presentes foi  
460 colhida no Livro Próprio de Frequência de Audiência Pública.